

## Sob pressão do controlador, Spic finaliza megasinas<sup>1</sup>

Robson Rodrigues<sup>2</sup>

Um ano e meio depois da Spic Brasil, subsidiária da State Power Investment Corporation of China (Spic), ter comprado o controle dos projetos solares da Canadian, as obras para colocar de pé os complexos fotovoltaicos terminaram e agora aguardam autorização do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para iniciar a operação comercial.

A empresa chinesa, que já opera no Brasil geração térmica, hídrica e eólica, agora expande sua atuação para incluir também a energia solar no portfólio. Os complexos abrangem uma área de aproximadamente 2200 hectares, com uma capacidade instalada conjunta de 738 megawatts-pico (MW).

Adriana Waltrick, CEO da Spic Brasil, e os diretores Roberto Monteiro Jr. (relações institucionais) e André Pereira (operações eólicas, solares e térmicas) explicaram ao Valor que os projetos foram concluídos em apenas 12 meses por conta da pressão exercida pela estatal chinesa. Esse período abrange não apenas a construção, mas também as liberações e licenças necessárias dos órgãos ambientais estaduais.

“Foi um tempo recorde prometido para a corporação e entregue para o Brasil. O país precisa de energia boa e barata e a gente está fazendo despacho térmico. Só falta agora a licença para conectar, que vem do ONS”, afirma Waltrick. “O investidor que está nos exigindo isso é o maior operador solar do mundo, com quase 50 GW implementado”, acrescenta.

Procurado, o ONS disse que o empreendedor deve se submeter ao processo de integração, no qual deve comprovar que suas instalações atendem aos requisitos mínimos necessários para a conexão ao sistema. Entretanto, o “ONS identificou que existem pendências da parte do agente. Assim que as mesmas

---

<sup>1</sup> Artigo publicado no Valor Econômico. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2024/01/09/sob-pressao-do-controlador-spic-finaliza-megasinas.ghtml>. Acesso em: 09 de jan. de 2024.

<sup>2</sup> Jornalista do Valor Econômico.

forem sanadas, os estudos pré-operacionais serão continuados para que seja realizada a integração das usinas”.

Os projetos exigiram investimentos superiores a R\$ 2 bilhões, sendo 60% financiado pelo BNB e os restantes 40% provenientes de capital próprio. A energia que será produzida seria suficiente para abastecer 900 mil residências por ano. O dado é apenas para efeito comparativo, já que este projeto não atenderá residências nem pequenos consumidores; ao contrário, está comprometido apenas para grandes empresas intensivas em energia.

A maior usina, o projeto Marangatu, localiza-se no município de Brasileira (PI) e tem capacidade instalada de 446 MWp de potência. Sua energização está condicionada à autorização emitida pelo ONS. Por outro lado, o menor, denominado Panati, encontra-se em Jaguaratama, no Ceará, com capacidade instalada de 292 MWp. Este projeto já está gerando energia e conectado ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

De acordo com Monteiro, o Brasil está sob escrutínio intensivo por parte da China em relação a novos empreendimentos de energia, e a empresa é avaliada pela sua capacidade de entrega.

A expansão da empresa se dará por meio das fontes eólica, hídrica, térmica e agora solar. Pereira acrescenta que 75% da energia já estava contratada por meio de contratos de longo prazo no mercado livre de energia. Os outros 25% a comercializadora da empresa fará a negociação.